



**COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CICP/GAB/SESGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ESTADO DE GOIÁS**

INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2022-SES/GO

PROCESSO: 202100010000417

TIPO: MELHOR TÉCNICA

**INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – IBSAÚDE**,
associação civil de direito privado, sem fins lucrativos (cópia do Estatuto Social em
anexo), inscrita no CNPJ sob o n.º 078.364.54/0001-46, com sede na Rua Siqueira
Campos, nº 1184, sala 1202, no município de Porto Alegre/RS, Cep 90010-001, vem,
por seu presidente, nos autos do Chamamento Público supra identificado, apresentar,
na forma do item VII do Edital, a presente

IMPUGNAÇÃO / RECURSO ADMINISTRATIVO,

Expondo e requerendo:

A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás abriu seleção de organização social
em saúde para celebração de Contrato de Gestão objetivando o gerenciamento,
operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24
horas/dia, no **HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA**, localizado na Avenida Alfredo
Nasser, sem número, Parque Estela Dalva VII, Luziânia-GO, CEP: 72820-200, por
um período de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da publicação de seu
resumo na imprensa oficial, podendo ser prorrogado sempre que houver interesse
das partes, estando o presente Edital regido pela Lei Estadual nº15.503/2005 e suas
alterações, Resolução Normativa nº 013/2017 do Tribunal de Contas do Estado de
Goiás e suas alterações, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/1993 e suas
alterações.

A sessão de abertura está aprazada para o próximo dia **16 de março de 2022
às 09:00 horas**, na sede da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, situada no
edifício sede da SES/GO, RuaSC-1 nº 299, Parque Santa Cruz, CEP: 74.860-270,
telefone (62) 3201-3840/3800.

Ocorre que, necessariamente, deve tal Edital ser retificado, sob pena de gerar ofensa a Lei Federal, atingindo direito líquido e certo e, por consequência, a total nulidade dos atos decorrentes do Chamamento.

Perceba a Comissão - estabeleceu o item 9.12 do Edital a seguinte regra:

*9.12. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro) grau, do Governador, Vice-Governador, de Secretários de Estado, de Presidentes de autarquias, fundações e empresas estatais, de Senadores e de Deputados federais e estaduais, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios, todos do Estado de Goiás, **bem como de Diretores, estatutários ou não, da organização social, para quaisquer serviços relativos a este CONTRATO DE GESTÃO.***

De forma clara e objetiva, **tal proibição (relacionada aos Diretores) é absurda e desrespeita Lei Federal, inexistindo guarida legal para a vedação constante em referido item editalício.**

Aliás, muito antes pelo contrário. Note-se, a respeito:

O art. 46, I, da Lei 13.019/2014, estabelece que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, **inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil durante a parceria, não fazendo qualquer ressalva se o pagamento será feito diretamente, pelo exercício da atividade e exercício do cargo, ou por intermédio de empresa prestadora de serviços à Organização Social e vinculada a qualquer de seus membros ou familiares.**

No mesmo sentido, as regras constantes na Lei n.º 9.637/98 (OS), bem como da Lei 12.868/2013, onde é permitido a remuneração de dirigentes (sem perda de eventuais benefícios fiscais).

Adicione-se a isto o fato de que as Associações qualificadas como Organizações Sociais são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e não pessoas jurídicas de direito público, onde estão presentes várias vedações entre os seus membros e seus familiares.

Isso significa que a remuneração na parceria ocorrerá em virtude do serviço realizado pelo profissional, e não pelo simples fato de essa mesma pessoa ser um dirigente da entidade.



Em resumo, esse dirigente poderá, **ao mesmo tempo, ser remunerado pelo cargo de gestão que ocupa e exerce de forma efetiva (pagos com recursos próprios da entidade), e também receber pagamentos pelas atividades profissionais exercidas na execução das parcerias (custeados com recursos públicos, desde que previstos no plano de trabalho)**, devendo ser observado a proporcionalidade na remuneração.

Importante, aqui, referir: o Estatuto do IBSAÚDE (aqui recorrente) tem disposição expressa no sentido de que seus dirigentes e diretores não podem receber remuneração!

Prosseguindo:

Frente ao exposto, perfeitamente **a prestação de serviço, respeitadas as regras e princípios constitucionais, guardando a remuneração por tais atividades, estrita observância com os valores de mercado.**

A respeito, aliás, vale referir o Informativo 05/2018 do Ministério Público do Estado do Ceará – de lavra do CAOSCC (Centro de Apoio Operacional das Organizações Sociedade Civil, Cível e do Consumidor¹):

Imperioso considerar, também, a possibilidade do exercício de atividade profissional do dirigente, para execução de tarefas que não se confundem com suas atribuições enquanto dirigente. Nesse caso, esse dirigente poderá, ao mesmo tempo, ser remunerado pelo cargo de gestão que ocupa e exerce de forma efetiva (pagos com recursos próprios da entidade), e também receber pagamentos pelas atividades profissionais exercidas na execução das parcerias (custeados com recursos públicos, desde que previstos no plano de trabalho), devendo ser observado se há choque ou incompatibilidade com a carga horária de trabalho, para que seja aplicada a proporcionalidade na remuneração.

Esclareça-se, “ab initio”, que a possibilidade de remuneração por tais serviços nunca enfrentou problemas com a legislação e nem mesmo com os agentes de fiscalização das OSC, tais como o Ministério Público, o INSS, a Receita Federal, os Tribunais de Contas, etc.

Concluindo o Ministério Público do Estado do Ceará no mesmo informativo:

Em resumo, esse dirigente poderá, ao mesmo tempo, ser remunerado pelo cargo de gestão que ocupa e exerce de forma efetiva (pagos com recursos próprios da entidade), e também receber pagamentos pelas atividades profissionais exercidas na execução das parcerias (custeados com recursos públicos, desde que previstos no plano de trabalho), devendo ser observado se há choque ou incompatibilidade com a carga horária de trabalho, para que seja aplicada a proporcionalidade na remuneração.

¹<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/05-2018-REMUNERA%C3%87AO-DE-DIRIGENTES.pdf>



Ante todo o exposto, **emerge necessária alteração do Edital e exclusão do item 9.12 a referência de diretores da Organização Social, já que totalmente contrário a Lei Federal 13.019/2014.**

Mais – e por segundo, também é importante referir:

O próprio Edital já referido prevê, de forma expressa, o seguinte (item 2.20):

2.20. As organizações sociais poderão utilizar as modalidades de contratação de mão de obra permitidas na legislação brasileira, inclusive o previsto na Lei federal nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, com a redação dada pela Lei federal nº 13.429, de 31 de março de 2017, para contratar recursos humanos para atividades meio e fim do objeto do contrato de gestão, incluindo-se aí as atividades assistenciais das unidades de saúde.

E arremata, no item 9.1:

*9.1. O PARCEIRO PRIVADO utilizará os recursos humanos necessários e suficientes para a execução deste CONTRATO DE GESTÃO de acordo com o plano de gestão de recursos humanos apresentados em sua Proposta Técnica, podendo considerar um modelo misto de trabalhadores, composto por servidores públicos do PARCEIRO PÚBLICO e por empregados contratados, em regime celetista, mediante processo seletivo. **A Organização Social, para fins de alcançar os objetivos desse contrato, poderá contratar pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar serviços determinados e específicos, nos termos do art. 4-A e 4-B da Lei nº 6.019/74.***

Em resumo, diante de uma interpretação sistemática do instrumento editalício, em conjunto com a Lei Federal 13.019/2014, **podem os diretores da Organização social prestarem serviços dentro do Contrato, desde que obedecidas determinadas regras e requisitos.**

Novamente, merece o item 9.12 do Edital, também sob este aspecto e fundamento, ser retificado.

Como se não bastasse, também emerge outra situação – percebam os dignos componentes da Comissão:

Não é incomum que Organizações Sociais contratem pessoas jurídicas de reconhecida capacidade e *expertise* como forma de Serviços de Apoio a Gestão – e tais empresas podem ter, nos seus quadros, diretores da Associação, já que **não existe guarida legal para vedar-se as contratações efetuadas** – ao menos diante das regras das Lei n.º 9637/98 (OS) e Lei n.º 13.014/19 (Marco Regulatório do Terceiro Setor).

Perfeitamente possível, como antes exposto, **a prestação de serviço, respeitadas as regras e princípios constitucionais.**



Importantíssimo: **A remuneração por tais atividades, no entanto, deve observar o mercado não podendo ser destoante da realidade.**

Ou seja, respeita-se a precificação do mercado.

Veja-se, a respeito:

Todos, absolutamente todos, os serviços devem estar listados e objetivamente previstos na planilha apresentada pela Organização Social quando da disputa do Chamamento Público (ou seja, foi expressamente afirmado que tais serviços seriam contratados e prestados, para consecução do objetivo contratual).

O que se pretende é, simplesmente, oferecer um serviço de qualidade, de excelência, buscando e utilizando pessoas (naturais e jurídicas) de reconhecida capacidade técnica e profissional para atuarem, prestando os serviços.

E, reitere-se: **além de tais serviços estarem na planilha, todos deverão prestados por valores conforme a realidade do mercado.**

Recordando – e não menos importante:

No exato respeito e em conformidade com o art. 46, II da Lei 13.019/2014, poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil durante a parceria.²

Clara e inequívoca tal previsão legal.

Assim e ante todo o exposto, pede e requer o IBSAÚDE:

- a) O recebimento da presente manifestação, já que legal, regular e tempestiva nos exatos termos do Edital;
- b) Seja a pretensão aqui articulada devidamente analisada e julgada, definindo a Comissão a alteração do item 9.12 do Edital, no sentido de que seja permitido a prestação de serviços por dirigentes da Organização Social, desde que respeitados os requisitos estabelecidos na Lei Federal;

² “Organizações da Sociedade Civil – Associações e Fundações”, obra conjunta de Airton Grazioli, José Eduardo Sabo Paes, Marcelo Henrique dos Santos e José Antonio de França – fl. 200.



- c) Ainda – entendendo diferente a Comissão, que no mínimo seja alterado (ou acrescido) no item aqui atacado (9.12) a possibilidade de contratação de pessoas jurídicas de Serviço de Apoio a Gestão (ainda que tenham no seu quadro social dirigentes da OS), desde que tais pessoas tenham reconhecida qualidade e que o preço dos seus serviços seja abaixo do mercado (e que tais serviços estejam inseridos e abertos na Planilha de Custos a ser apresentada pela OS).

Essas são, de forma singela e objetiva, as pretensões da Organização Social que aqui se manifesta – busca, apenas e tão somente, o reconhecimento de normas fixadas em Lei Federal, de forma a garantir que o Chamamento não reste viciado, emergindo a odiosa ofensa a direito líquido e certo.

Espera e aguarda a análise das pretensões com acuidade, com a aplicação da Lei com bom senso, respeitados as normas constitucionais.

Pede Deferimento.

De Porto Alegre, RS para Goiânia, GO, 07 de março de 2022.


JOSÉ ERI DE MEDEIROS
PRESIDENTE DO IBSAÚDE
www.ibsaude.org.br
presidencia@ibsaude.org.br